

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS CONCEPÇÕES
E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE DOURADOS (MS)**

Flaviana Gasparotti Nunes, Solange Rodrigues da Silva

Boletim Gaúcho de Geografia, 36: 11–22, maio, 2011.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37375/24131>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE DOURADOS (MS)

Flaviana Gasparotti Nunes¹
Solange Rodrigues da Silva²

Resumo

Tendo em vista problemática atual que envolve o meio ambiente e seu processo de degradação, a Educação Ambiental adquiriu grande destaque como possibilidade de diminuir ou amenizar tal processo por meio de pressupostos e ações educativas. Em levantamentos realizados nas escolas estaduais e municipais de Dourados (MS) verificamos que grande parte das atividades relativas à Educação Ambiental é desenvolvida por professores de Geografia. A partir desta constatação, realizamos uma pesquisa junto aos professores de Geografia do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino do município com o objetivo de identificar e analisar as concepções e práticas de Educação Ambiental desenvolvidas por esses professores. Com base nas informações obtidas junto aos professores foi possível constatar que a maioria das atividades descritas acaba por restringir-se a uma concepção tradicional e conservacionista, na qual prevalece a idéia da preservação ou da conservação da natureza e que desconsidera a grande complexidade que envolve os problemas ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental - Geografia - sociedade - natureza

GEOGRAPHY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: REFLECTIONS BASED ON THE CONCEPTIONS AND PRACTICES OF TEACHERS FROM THE STATE PUBLIC SCHOOLS IN DOURADOS (MS)

Abstract

Owing to the current question which involves the environment and its process of degradation, Environmental Education gained great prominence as a possibility to diminish or alleviate such process by means of conjectures and educational actions. According to researches performed in the state and municipal public schools from Dourados (MS), we verified that a great number of activities related to Environmental Education is developed by geography teachers. From this verification, we have performed a research together with these teachers from primary level in the state public school in this municipality with an aim to identify and analyze the conceptions and the practices of Environmental Education developed by these teachers. Based on the obtained data from the educators, it was possible to verify that the majority of the activities described ends up by restricting themselves to a traditional and conservationist conception in which the idea of preservation or conservation of the nature prevail and do not take into consideration the great complexity which involves the environmental problems.

Keywords: Environmental education - Geography - society - nature

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade foi submetida a uma série de campanhas de conscientização no que se refere à chamada crise ambiental. Contudo, identificamos a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a forma como essas questões vêm sendo debatidas, uma vez que percebemos, em grande parte dessas campanhas, a presença de um forte apelo social para que se preserve a natureza e o meio ambiente como nas campanhas de coleta seletiva, reflorestamento, entre outras.

Entendemos que tais procedimentos são importantes, mas percebemos a falta de um debate mais amplo sobre a maneira como a sociedade se organiza e que influencia diretamente na forma como a idéia de natureza é apropriada pelos diferentes atores sociais, na medida em que se socializam os prejuízos e se privatizam o uso e acesso aos recursos naturais. Como salienta Arlete Moysés Rodrigues (2005, p.95):

¹ Prof^a. do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e bolsista CAPES. E-mail: so_ufms@hotmail.com

Embora todos os componentes da sociedade sejam promotores do desenvolvimento, o progresso é atribuído aos detentores do capital, que criam empregos, recebem os “frutos bons” do progresso. O trabalho não é considerado. Assim, os pobres - a maioria - só recebem os “frutos podres”, não tem acesso à educação, saúde, moradia, equipamentos, informação. São tidos como os maiores responsáveis pela poluição, depredação das riquezas naturais.

Neste sentido, entendemos que antes de discutirmos qualquer tema relacionado à questão ambiental, devemos primeiramente identificar e analisar a raiz do problema. Para Marcos Reigota (1996, p. 09): “É necessário entender que o problema está no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida”.

Por ser a disciplina que trabalha diretamente as relações sociedade/natureza entendemos que a Geografia exerce um importante papel na construção de propostas para uma Educação Ambiental mais condizente com as contradições da sociedade capitalista. Neste sentido, é importante refletirmos em que medida os professores de Geografia têm desenvolvido ações que fujam a uma concepção simplista de meio ambiente e natureza conforme aponta Irineu Tamaio:

A Educação Ambiental não pode se resumir às críticas sobre o processo de ocupação “degradante” que o homem promove na natureza, mas deve analisá-lo dentro de uma teia de relações sociais em que a prática pedagógica desenvolvida na escola é parte integrante de uma sociedade multifacetada por interesses ideológicos e culturais (2002, p. 37).

A partir da problemática anteriormente esboçada e com base nas constatações de que: “(...) nos últimos anos ocorreu o boom da Educação Ambiental, tornando-a um modismo, que confunde os seus praticantes e usuários e muitas atividades exóticas têm sido chamadas de educação ambiental. (REIGOTA, 1996, p. 53)”, entendemos ser de suma importância identificar e analisar como o professor de Geografia tem trabalhado e concebido essas questões.

Considerando esta necessidade, as reflexões que apresentamos neste texto baseiam-se nos resultados de uma pesquisa realizada em 2009 que teve como objetivo identificar e analisar as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelos professores de Geografia da rede estadual de ensino de Dourados (MS)³. A partir desta identificação, procuramos refletir sobre as concepções e práticas desses professores em relação à Educação Ambiental.

A metodologia utilizada na pesquisa envolveu leituras e reflexões sobre a problemática ambiental e a Educação Ambiental e aplicação de um questionário junto aos professores de Geografia da rede estadual de ensino de Dourados (MS).

Os principais referenciais teóricos utilizados e que embasaram as reflexões e análises desenvolvidas na pesquisa foram: Layrargues (2006); Reigota (1996); Carvalho (2006); Tamaio (2002) Brügger (2004); Loureiro (2006); Guimarães (2006); Leff (2001) e Hissa (2008).

Para aplicação do questionário, foram visitadas 17 escolas estaduais localizadas na zona urbana de Dourados e o contato com os professores de Geografia foi mediado pela coordenação pedagógica ou direção destas⁴. De acordo com as informações fornecidas pela direção das escolas visitadas, em 2009 havia 34 professores de Geografia atuantes, considerando-se o somatório de professores de Geografia dessas escolas.

Após mediação do coordenador pedagógico ou direção, no contato com os professores, expusemos os objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos que estavam sendo realizados e solicitamos que respondessem ao questionário. Dos 15 professores que responderam ao questionário, apenas 1 optou em fazê-lo em nossa presença, os demais justificaram que por falta de tempo preferiam responder ao questionário em outro momento. Nestes casos, o questionário foi recolhido em data combinada com cada professor. É importante destacar que 4 professores lecionavam em mais de uma escola (2 ou 3 escolas) e portanto, responderam apenas 1 questionário.

³ Este trabalho insere-se no projeto de pesquisa intitulado “Programas de Educação Ambiental: uma avaliação das propostas e ações no município de Dourados (MS)” financiado pela FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul e foi realizado com apoio de bolsa do PROLICEN/UFMGD.

⁴ As escolas pesquisadas foram: E. E. Abigail Borralho; E.E. Antonia S. Capilé; E. E. Prof. Prof. Alício Araujo; E.E. Armando S. Carmelo; E.E. Castro Alves; E.E. Floriano Viegas Machado; E.E. Maria da Glória Ferreira; E.E. Menodora F. Figueiredo; E.E. Ministro J. P. Veloso; E.E. Pastor D Berg; E.E. Tancredo Neves; E.E. Presidente Vargas; E.E. Professora Floriana Lopes; E. E. Ramona da S. Pedroso; E. E. Dr. Nelson Araujo; E.E. Vilmar Vieira de Matos e E.E. Prof. Celso Muller do Amaral.

Com base nas informações obtidas por meio dos questionários aplicados, reunimos elementos que nos possibilitaram uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas, bem como sobre as concepções que embasam e direcionam tais práticas.

Sendo assim, este texto, que toma como referência as reflexões da pesquisa, foi estruturado da seguinte forma: num primeiro momento, discutimos a problemática relativa à questão ambiental e a emergência da Educação Ambiental destacando que a discussão sobre esta se insere num campo mais amplo de questões que envolvem as concepções de natureza e meio ambiente vigentes, bem como os sentidos da crise ambiental e sua relação com os paradigmas do conhecimento. Num segundo momento, procuramos discutir as concepções e práticas de Educação Ambiental dos professores de Geografia a partir das informações obtidas na pesquisa realizada.

A PROBLEMÁTICA EM TORNO DA QUESTÃO AMBIENTAL

A partir da década de 1960, devido ao agravamento dos problemas ambientais, surgiram manifestações voltadas à “defesa da natureza”. Diversos grupos ambientalistas ou ecologistas como também são chamados, organizaram-se por meio de Organizações não Governamentais (ONGs) visando propor mudanças ao modelo de sociedade, tido como destrutivo. Passou-se, então, a organizar uma série de campanhas de conscientização para que a sociedade percebesse a necessidade de um novo arranjo no modo de produção, arranjo esse capaz de atender às carências humanas e ambientais.

Os movimentos ambientalistas passaram a ter um maior destaque a partir de 1972, com a realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que teve como principal foco de debate a poluição gerada, sobretudo, pelas indústrias. Sediada em Estocolmo, na Suécia, esta Conferência teve como consequência a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No caso brasileiro, os movimentos ambientalistas estão inseridos num discurso extremamente contraditório em que, concomitantemente à preocupação acerca da problemática ambiental há uma verdadeira motivação em atrair capital estrangeiro para o país, baseadas em um plano de desenvolvimento nacional, extremamente técnico e econômico no qual as condições sociais foram deixadas à margem do discurso. Para Carlos Walter Porto Gonçalves (1998, p.17):

(...) o movimento ecológico está inserido numa sociedade contraditória e, por isso, são diversas as propostas acerca da apropriação dos recursos naturais. Saber distinguir dentre esses diferentes usos - o que implica estar atento a quem os propõe - é uma das nossas tarefas políticas, pois se todos falam em defesa do meio ambiente *por que* as práticas vigentes são tão contraditórias e, pior, devastadoras?

O autor em questão, diante da complexidade e heterogeneidade que institui os movimentos ecológicos, enfatiza os fatores históricos e culturais vistos como produtos da relação sociedade/natureza. Aborda, ainda, o caráter político e cultural, evidenciando que cada sociedade constrói seu próprio conceito de natureza ao mesmo tempo em que estabelece suas relações sociais. Neste sentido, não podemos ser ingênuos e desconsiderar a presença de uma profunda raiz ideológica no discurso ambientalista, conforme destaca Marcos de Carvalho (1991, p.67):

(...) o amplo movimento ecológico deste final de século não é composto somente de correntes críticas no modelo industrial. Há ainda entre os chamados “defensores” da natureza, aqueles cuja preocupação maior é exatamente a inversa, isto é, com a sobrevivência dos atuais esquemas de produção.

É notório que durante os últimos anos, grande parte das campanhas ambientalistas tem desconsiderado a capacidade de acumulação e transformação dos recursos naturais, na medida em que desconsideram o sistema de classes a partir do qual a sociedade está organizada e que dita as regras de como cada classe apropria-se dos recursos naturais. Arlete Moysés Rodrigues (2005, p. 94) ao analisar a forma como a sociedade organiza-se, destaca que:

(...) as classes sociais podem ser diferenciadas entre, de um lado, aqueles que detêm o poder, o dinheiro, o conhecimento e o domínio das técnicas e, de outro lado, os que possuem a força do trabalho e que vivem, em

geral, no limite da sobrevivência. Todos têm como atributo fundamental a capacidade de pensar. Mas a capacidade humana de pensar, para os segundos, tem sido “reduzida” a “recursos humanos”, força de trabalho. São tidos como responsáveis por suas mazelas e pelas da humanidade.

Exemplo disso são as campanhas para a preservação e não desperdício dos recursos hídricos nas quais a responsabilidade é transferida dos setores que mais utilizam a água, como por exemplo, as indústrias, para a população de um modo geral. Desta forma, segundo esse discurso, a população deve economizar água durante a realização de suas necessidades básicas, numa evidente indução a que esta assuma a responsabilidade pelo uso “irracional” deste recurso, deixando de lado, o questionamento sobre a racionalidade da utilização do mesmo pelas indústrias. No entendimento de Philippe P. Layrargues (2006, p. 81):

(...) fala-se muito acerca da *escassez absoluta* de água potável no planeta, quando se verifica a desigual distribuição entre os humanos, para as distintas formas de apropriação e os diferentes usos desse recurso. Como se percebe, a generalização da “humanidade” como agente causador da crise ambiental encontra paralelo na generalização da escassez absoluta da água, um artifício ideológico que auxilia a camuflagem de que existem sujeitos sociais específicos.

No campo educacional, destaca-se na década de 1990, a realização dos primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) pelo Ministério do Meio Ambiente e dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar. Já no final dessa década, o Senado aprovou a lei federal 9795/99 que tem como objetivo oficializar a presença da Educação Ambiental em todas as modalidades de ensino. De acordo com Marcos Reigota (1996, p. 17):

A educação ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especialidades.

O autor compreende a Educação Ambiental como auxílio para a solução dos complexos problemas ambientais planetários, podendo influenciar categoricamente para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A Educação Ambiental surge, então, como a solução para os problemas ambientais ou na sensibilização da população a estes problemas. Nesse sentido, Irineu Tamaio destaca:

Frente a todo esse conjunto de problemas e preocupações, podemos observar que vários setores sociais possuem anseio de que o processo educativo seja uma possibilidade de provocar mudanças e alterar a situação crítica de degradação do meio ambiente com a qual nos deparamos. (2002, p.13).

Isabel C. M. Carvalho (2006, p. 75) destaca a necessidade de construirmos sujeitos aptos a perceber o mundo e atuar nele de forma crítica, ou seja, sujeitos capazes de “ler e interpretar” um mundo complexo e em constante transformação. Dessa maneira, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental crítica deveria ser pensado como a construção de um sujeito apto a “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas aí presentes. Desse modo, analisamos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura.

Para a autora em questão:

(...) uma Educação Ambiental crítica deveria fornecer elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de se posicionar-se diante desta. (CARVALHO, 2006, p.163)

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental deve levar-nos a identificar, analisar e questionar a forma a partir da qual os problemas sócioambientais vêm sendo entendidos e trabalhados em nossa sociedade. Uma educação capaz de ir além da visão romântica de natureza, visão naturalista que acaba por influenciar o conceito de meio ambiente, desconsiderando as relações contraditórias que permeiam os laços de convivência entre o que hoje identificamos de maneira dicotômica, como relação sociedade/natureza, desconsiderando, dessa forma, a relação de mútua interação entre a sociedade e o ambiente. Sobre esta questão, Marcos de Carvalho (1991, p. 31) destaca:

E quando o domínio do natural e da natureza se torna atributo monopolizado por uma classe, o restante da sociedade não só fica privado dos poderes sobrenaturais, como também começa a perceber distinções importantes entre os homens, a maioria pelo menos, e a natureza, já que esta se torna algo inalcançável para o comum dos mortais.

Essa visão dicotômica vem sendo instigada e alimentada, de maneira a levar-nos a entender a natureza como recurso a ser apropriado pelo homem. No entanto, tal apropriação não acontece de maneira homogênea e sim por uma pequena parcela da sociedade.

O DEBATE TEÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tendo em vista a breve discussão apresentada sobre a problemática ambiental na atualidade, acreditamos que a reflexão em torno da Educação Ambiental tem relação direta com a discussão sobre as concepções de natureza e meio ambiente construídas na modernidade.

Irineu Tamaio (2002, p. 37) chama atenção para o fato de que natureza é um conceito categorizado por seres humanos, sendo fundamentalmente político e essas concepções são variadas e estão intimamente ligadas ao período histórico e à correlação de forças políticas das classes sociais determinadas historicamente⁵.

Sendo assim, é importante considerar o próprio conceito de natureza, que no contexto da Educação Ambiental é, via de regra, relacionado à compreensão de ambiente como sinônimo de mundo natural. Esta é uma questão que interfere diretamente na construção das concepções e práticas desenvolvidas e subjacentes às atividades denominadas Educação Ambiental.

Marcos Reigota (1996, p. 27) alerta para o fato de que grande parte das atividades pedagógicas relativas à Educação Ambiental restringe-se a ações isoladas de alguns professores, através de datas comemorativas, como por exemplo, o Dia da Árvore e a Semana do Meio Ambiente.

Para o autor: “o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais” (REIGOTA, 1994, p. 28).

Em seu entendimento, a Educação Ambiental não é necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. “(...) Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (...), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental” (REIGOTA, 1994, p. 10).

A reflexão sobre Educação Ambiental envolve questões que vão além de decisões técnicas e ações individuais e comportamentais, conforme destaca Philippe P. Layrargues (2006, p. 83):

(...) revela-se a limitação e a ingenuidade de uma educação ambiental que visa à criação de uma consciência ecológica pura, promovendo uma mudança dos valores culturais, como se bastasse ao humano apenas reaprender a ler o livro da natureza para tornar o desenvolvimento sustentável. (...)

Para Paula Brügger (2004, p.85) a Educação Ambiental desenvolvida atualmente, na maioria das vezes, assemelha-se a um adestramento, ou seja, uma instrução de caráter essencialmente técnico, fruto de uma visão de mundo cientificista e unidimensional. Há uma ênfase na mudança de comportamento, mas não há mudança de valores e grande parte das ações de Educação Ambiental revela, em termos de conteúdo e de forma, uma visão essencialmente instrumental da questão ambiental e da educação.

⁵ Em Carvalho (1991) e Gonçalves (1998) pode-se encontrar uma discussão mais aprofundada sobre a historicidade do conceito de natureza.

Essa leitura técnica é fruto das influências das dimensões ocultas dos conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, educação e ciência. A autora aponta, neste sentido, a necessidade de outros paradigmas para a construção de uma Educação Ambiental crítica.

Carlos F. B. Loureiro (2004, p. 47-58) defende que a reflexão sobre a problemática ambiental deve estar articulada à contextualização social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica para não cair numa visão de mundo dualista. Em sua visão é impossível a Educação Ambiental ser praticada de modo descontextualizado das práticas sociais, na medida em que não é possível reverter o quadro apenas com mudanças éticas ou comportamentais, depositando a responsabilidade no indivíduo e eximindo a responsabilidade da estrutura social e o modo de produção.

Mauro Guimarães (2006, p. 25), por sua vez, entende que a Educação Ambiental para ser crítica precisa desvelar as causas dos problemas ambientais, questionando a visão de mundo historicamente construída e seus paradigmas que entendem a natureza como recurso. Para o autor, a crise ambiental é a crise de um modelo de sociedade e atualmente desenvolve-se uma Educação Ambiental que não contesta o paradigma da sociedade moderna e isso, em sua opinião, é uma armadilha:

A visão ingênua, presa à armadilha paradigmática, tende à reprodução das práticas educativas consolidadas; como por exemplo, a da educação comportamentalista que acredita que dando (transmitindo) ao indivíduo (educando) os conhecimentos (aspecto cognitivo) necessários e ainda provocando nele uma sensibilização (aspecto afetivo) pela questão ambiental, o indivíduo pode transformar seu comportamento incorreto e que, se assim for, ao final teremos como resultado da soma destes indivíduos transformados uma sociedade transformada. (...)

Em outra obra (GUIMARÃES, 2004, p. 36) afirma que a Educação Ambiental não pode continuar sendo considerada como algo à parte da dinâmica social, com ações educativas pouco críticas à realidade, pois isso resulta em posturas políticas conservadoras, mesmo que bem intencionadas. Mais uma vez, o autor relaciona tal fato com a questão paradigmática:

Essa visão fragmentária potencializa uma forte tendência ao desenvolvimento, nas escolas, de ações isoladas, voltadas para o comportamento de cada indivíduo (aluno), descontextualizadas da realidade socioambiental em que a escola está inserida e do seu próprio projeto político-pedagógico, quando há de fato algum que não seja um documento formalmente escrito. (GUIMARÃES, 2004, p. 37)

Sendo assim, o autor chama a atenção para o fato de que muitas ações de Educação Ambiental, embora impulsionadas por boas intenções, acabam desenvolvendo uma perspectiva comportamentalista focada no indivíduo, com finalidade conteudística e informativa caracterizadas por mera transmissão do conhecimento. Para ele, é necessária a construção de outra noção de sustentabilidade e o problema está na atual modelo de sociedade vigente que se apóia em valores fragmentários, individualistas etc.

Sobre a perspectiva comportamentalista focada no indivíduo, pode-se dizer que o discurso político buscou homogeneizar a crise ambiental para todos os sujeitos e classes sociais, conforme aponta Gilsa H. Barcellos:

(...) As estratégias discursivas adotadas sobre o problema colocam todos em pé de igualdade, seja na produção, seja na solução do problema. Dessa forma, os diversos segmentos, inclusive os de esquerda, têm também assumido o discurso da universalização do problema: *todos têm que fazer a sua parte*. Isso se tornou tamanha verdade que o discurso do mutirão, da ação individual do sujeito para salvar o planeta, assumiu dimensões globais. (2008, p. 112)

A partir do exposto, nota-se que a Educação Ambiental desenvolvida nos últimos anos, tem se apoiado nesta perspectiva comportamentalista e mostrado um caráter moralista com ênfase na dimensão ecológica em detrimento das demais contextualizações do problema ambiental, ignorando a dinâmica social.

Diante destas constatações e reflexões, vários autores têm apontado a necessidade de discussão sobre a questão paradigmática subjacente à problemática ambiental no sentido de romper com a concepção de ciência e conhecimento científico vigentes. Para Enrique Leff (2001):

Embora a problemática ambiental exija uma integração de conhecimentos e uma retotalização do saber, as aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares, limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer esta demanda de conhecimentos. Mesmo que a estratégia epistemológica de uma articulação de ciências permita analisar os problemas teóricos que resultam das relações de interdependência entre os diferentes processos materiais, a questão ambiental requer novos conhecimentos teóricos e práticos para a sua compreensão e resolução. (p. 82-83)

O autor afirma que “a crise ambiental é uma crise do conhecimento: da dissociação entre o ser e o ente à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da modernidade guiado pelos imperativos da racionalidade econômica e instrumental. (...)” (LEFF, 2001, p. 13)

A crise ambiental problematiza os paradigmas do conhecimento estabelecidos e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade. Para Cássio E. V. Hissa:

As questões ambientais reclamam por uma nova concepção de ciência que permita a construção de saberes conjuntivos através da exploração dos limites e das fronteiras que, simultaneamente, apartam e aproximam as disciplinas. Uma concepção feita de abertura de fronteiras instáveis. (HISSA, 2008, p. 57-58)

A reflexão em torno da Educação Ambiental, portanto, não pode ficar restrita à discussão sobre procedimentos e atitudes a serem desenvolvidas no âmbito educativo. A discussão sobre a Educação Ambiental insere-se num campo mais amplo de questões que envolvem as concepções de natureza e meio ambiente vigentes, bem como os sentidos da crise ambiental e sua relação com os paradigmas do conhecimento.

AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA REDE ESTADUAL DE DOURADOS (MS)

Ainda que a discussão sobre a questão ambiental tenha obtido um enorme crescimento no que se refere à elaboração de documentos oficiais e realização de atividades na escola, de acordo com os alguns autores (REIGOTA, 1996; TAMAIO, 2002) as práticas pedagógicas ainda permanecem restritas a ações isoladas de alguns professores, que realizam atividades que mesmo de relevância, na maioria das vezes, não são capazes de apreender os objetivos educacionais.

Em levantamentos realizados nas escolas estaduais e municipais de Dourados (MS)⁶ verificamos que grande parte das atividades relativas à Educação Ambiental é desenvolvida por professores de Geografia. A partir desta constatação, realizamos uma pesquisa junto aos professores de Geografia do ensino fundamental da rede estadual de ensino do município de Dourados.

Com base nas informações obtidas a partir de um questionário aplicado junto aos professores⁷, constatamos que a maior parte destes passou a trabalhar com a temática nos últimos dez anos. Quanto ao entendimento dos educadores sobre a Educação Ambiental, como demonstra o quadro 01, notamos que há significativa preocupação quanto à preservação dos recursos naturais (fauna, flora, clima, água e solo), conscientização ambiental e respeito ao ambiente, alterações climáticas e problemas com o lixo, etc.

⁶ Os levantamentos em questão foram realizados no ano de 2008 como parte dos procedimentos do projeto de pesquisa “Programas de Educação Ambiental: uma avaliação das propostas e ações no município de Dourados (MS)”

⁷ O questionário aplicado continha as seguintes questões: Há quanto tempo você atua na rede de ensino como educador? Há quanto tempo trabalha com Educação Ambiental? Como a Educação Ambiental está sendo trabalhada? Existem projetos de Educação Ambiental na escola? Quais? Como a Geografia se insere nessas atividades? Em sua opinião, qual a contribuição da Geografia para a Educação Ambiental? Qual a metodologia utilizada nas aulas e demais atividades voltadas para a chamada Educação Ambiental? Quais problemas sócioambientais existentes na cidade e próximos à escola que você considera mais graves? O que você entende por Educação Ambiental?

Quadro 01 - Entendimento dos professores de Geografia sobre a Educação Ambiental

Professor	O que você entende por Educação Ambiental?	Principais problemas ambientais do entorno da escola citados pelos professores
Professor 1	É a educação como um todo, porque vivemos num espaço e esse é o nosso ambiente. Educação Ambiental está presente em tudo na nossa vida, desde saber que não podemos jogar um lixo no chão ou pela janela ou sujar os pratos da merenda para não utilizar muita água e sabão, detergente, etc.	Lixo em sala e no pátio da escola; Lixo no bairro e nas ruas; Poluição do ar (cheiro ruim do frigorífico).
Professor 2	Educação para o bem do ambiente, conscientização do valor deste bem. Uma educação para mostrar que nós estamos inseridos no ambiente, nós também somos do meio ambiente.	Paisagismo totalmente modificado (rural/urbano), postos de gasolina, lava rápido, mecânicas (para onde vão os dejetos dessas atividades?), lixo, consumismo, aquecimento global... tudo está presente aqui na escola e nas proximidades.
Professor 3	Educação Ambiental é fazer a sociedade se conscientizar de que preservar o planeta é fazer mesmo com a vida na Terra, e que os recursos naturais devem ser explorados de forma sustentável e os dejetos colocados em locais adequados.	A poluição do Córrego Rego d'Água.
Professor 4	Educar-se para preservação e para melhores condições de saúde.	Lixo fora do lixo; Não ocorrer reciclagem como um todo; Desperdício de água.
Professor 5	Educação para a preservação do meio ambiente que ocupamos.	Desmatamento, lixos nas ruas, bueiros entupidos ou falta deles, animais mortos em terrenos baldios, assoreamento de rios, mau cheiro, etc.
Professor 6	É a ação educativa voltada à percepção do indivíduo como parte da natureza e também responsável por essa mesma natureza. É a construção do conhecimento voltada para o desenvolvimento de atitudes, individuais e coletivas, de conservação dos recursos naturais.	Poluição de mananciais (residências muito próximas de córregos); Queimadas de lixo; Ocupação de áreas agrícolas muito próximas das residências e córregos locais.
Professor 7	A função da Educação Ambiental é despertar a consciência e a sensibilidade nos nossos alunos (crianças e jovens) sobre a importância de preservar nosso planeta e isso é obrigação de todas as disciplinas.	Perto da nossa fica o lago Arnulfo Fioravante, segundo alguns técnicos algumas nascentes deste lago estão contaminadas.
Professor 8	A Educação Ambiental é responsável pela construção de uma sociedade ecologicamente sustentável, é o que penso.	Desperdício de água; Falta de coleta seletiva; Poluição de córregos e rios com agrotóxico.

Professor 9	Educação Ambiental é sobrevivência, questão cultural e prática diária.	Problema dos córregos como o Laranja Doce e Parque do Lago; Reflorestamento de mata ciliar e lixo.
Professor 10	Conscientização, para que os recursos naturais sejam utilizados de forma sustentável. O lixo doméstico separado, lixo orgânico, lixo reciclável. Áreas verdes preservadas, sem queimadas de lixo urbano e depósitos de entulhos.	Queimadas em terrenos baldios; Próximo à escola - Córrego Rego d'Água - erosão nas margens, lixo jogado nas margens e dentro do córrego, esgoto doméstico despejado sem tratamento.
Professor 11	É a tentativa de levar os problemas gerais do meio ambiente mostrando as alterações climáticas que vem ocorrendo e assim promover no meio escola a preocupação com a proteção do meio ambiente.	Não respondeu.
Professor 12	A compreensão da questão ambiental e da política de desenvolvimento sustentável requer o estudo da evolução do sistema capitalista baseado na industrialização e da sociedade de consumo. Este estudo também abrange o crescimento da consciência ecológica e destacar os diversos encontros mundiais.	Degradação dos córregos Laranja Doce, Córrego do Engano, Córrego Água Boa, além dos terrenos baldios que transformam em depósitos de lixo.
Professor 13	Ter consciência de que devemos cuidar do nosso meio ambiente, preservar e quando houver necessidade usar o meio ambiente corretamente sem destruir.	O grande problema é o lixo jogado nas margens e próximo ao córrego mais perto da escola.
Professor 14	Toda a forma de conscientização em direção a uma sociedade sustentável.	Terrenos baldios com lixo e mau cheiro.
Professor 15	É aquela educação em que leva o indivíduo não só ao conhecimento ambiental, mas principalmente a ação correta agindo localmente, pensando globalmente, de forma a não apenas se preocupar, mas a agir em prol da conservação das espécies e continuidade da vida nas gerações futuras.	Excesso de lixo em locais inadequados; Córregos em processo de extinção; Queimadas; Terrenos "baldios"; Destruição e não preservação de áreas ambientais (reservas ambientais) etc.

Fonte: Questionário aplicado, abril/2009.

Org.: SILVA, Solange R. da.

Percebemos que apesar de haver um significativo avanço no que se refere ao acesso às informações sobre os problemas ambientais, a maioria dos professores de Geografia pesquisados concebe a Educação Ambiental enquanto uma mudança de hábitos cotidianos como reciclar o lixo ou até mesmo não jogá-lo em rios. Porém, conforme já apontado pelos autores referenciados anteriormente neste texto, essas atitudes não são suficientes para solucionar ou até mesmo entender a questão ambiental a qual está diretamente relacionada a um sistema de produção altamente concentrador, excludente e contraditório. Neste sentido, Mauro Guimarães (2006, p. 15 e 16) afirma que:

(...) a ação que me parece prevalecer ainda nos ambientes educativos restringe-se apenas à difusão da percepção sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas conseqüências para o meio ambiente. Essa perspectiva não é suficiente para uma educação ambiental que se pretenda crítica, capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise ambiental da atualidade.

Essa visão se faz presente em outros momentos, como podemos constatar a seguir. Quando questionados sobre a forma como a Educação Ambiental está sendo trabalhada na escola, a maior parte dos professores afirma trabalhar através de projetos voltados para a preservação do “meio ambiente”, tais como: jardinagem, plantio de árvores, “Vento Verde”, reciclagem, coleta seletiva, projeto de arborização do Córrego Rego d’Água, queimadas urbanas, Projeto “Abraça o Córrego Paragem”, entre outros. Concomitantemente, os professores afirmaram trabalhar a Educação Ambiental sempre que possível no interior do conteúdo abordado em sala, buscando despertar nos alunos uma maior consciência ambiental. Nessa perspectiva, segundo o entendimento dos professores pesquisados, a Geografia exerce papel importante no processo de conscientização, conforme é evidenciado na resposta de alguns professores:

Quadro 2 - Contribuição da Geografia para a Educação Ambiental

Professor A	A Geografia é a disciplina que estuda a produção do espaço, que se dá pela ação do homem. Nesse sentido, todo estudo da Geografia deve estar voltado para essa questão, deve ser trabalhado cada conteúdo voltado para essa Educação Ambiental.
Professor B	A Geografia pode contribuir muito, tendo em vista que abrange enormemente a área ambiental. O desenvolvimento de projetos, além da teoria, pode educar ambientalmente de forma a levar o aluno a agir localmente pensando globalmente.
Professor C	A Geografia é parte de um fragmento da ciência. A contribuição dela é formar pessoas críticas, integrar a busca de relações e caminhos. Nós temos que pensar a realidade, o que realmente acontece no mundo, no país, na rua cidade e no seu bairro.
Professor D	A Geografia tem um papel essencial na Educação Ambiental, pois trabalha a natureza, ambiente em que vivemos e se preocupa em deixar claro para os alunos a importância da preservação da natureza e da vida.
Professor E	A Geografia contribui para o fortalecimento de uma consciência ambiental em escala planetária.

Fonte: Questionário aplicado, abril/2009.

Org.: SILVA, Solange R. da.

De acordo com o exposto, no entendimento dos professores pesquisados, a Geografia contribui de forma significativa com a Educação Ambiental, uma vez que ambas possuem a criticidade e a transformação da realidade como principais fundamentos. No entanto, quando comparamos tais respostas com as práticas desenvolvidas pelos professores, notamos uma certa incoerência, na medida em que estas acabam restritas a atitudes comportamentais desvinculadas da discussão e reflexão sobre o contexto socioambiental mais amplo.

É importante destacar, neste sentido, que dos 15 professores pesquisados, apenas 1 fez referência direta à necessidade de vinculação entre a questão ambiental e a discussão, entendimento do sistema capitalista baseado na industrialização e da sociedade de consumo como bases para a Educação Ambiental. Os demais professores falaram sobre a importância da “conscientização” e “preservação” do meio ambiente e até mesmo em sociedade sustentável, incluindo o homem como parte da natureza, no entanto, não enfatizaram a necessidade de discussão mais ampla sobre estas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos referenciais teóricos trabalhados ao longo deste texto, podemos afirmar que a reflexão em torno da Educação Ambiental não pode ficar restrita à discussão sobre procedimentos e atitudes a serem desenvolvidas no âmbito educativo. A discussão sobre a Educação Ambiental insere-se num campo mais amplo de questões que envolvem as concepções de natureza e meio ambiente vigentes, bem como os sentidos da crise ambiental e sua relação com os paradigmas do conhecimento.

As concepções de Educação Ambiental identificadas a partir das informações obtidas junto aos professores de Geografia da rede estadual de Dourados apontam, em certos momentos, para alguns elementos que as aproximariam de uma Educação Ambiental mais integradora, conforme

podemos constatar na resposta de um dos pesquisados quanto à contribuição da Geografia para a Educação Ambiental:

A Geografia permite o conhecimento da realidade social, econômica, cultural e ambiental. Portanto, a contribuição da Geografia é fundamental, para que o aluno enquanto indivíduo da sociedade possa compreender e desenvolver uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.

Entretanto, a maioria das atividades descritas pelos professores restringe-se a uma concepção tradicional e conservacionista, na qual prevalece a idéia da preservação ou da conservação da natureza e que desconsidera a grande complexidade que envolve os problemas ambientais. Um dos professores pesquisados assim relata as atividades desenvolvidas:

Na escola há projetos voltados para o meio ambiente. Já trabalhamos com reciclagem, coleta seletiva; a escola ganhou um prêmio "Marco Verde" projeto de arborização ao Córrego Rego D'água da Vila Cachoeirinha. Em 2007 e 2008, trabalhamos com o projeto Queimadas Urbanas. Esse ano, ainda não definimos o tema. A Geografia sempre participa do projeto geralmente conscientizando os danos causados a natureza através da poluição.

Podemos perceber que embora o professor esteja participando das atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na escola, o caráter de tais atividades revela, em grande parte, as limitações já apontadas pelos autores aqui discutidos: são ações pautadas numa perspectiva comportamentalista focada no indivíduo, com finalidade conteudística e informativa caracterizadas por mera transmissão do conhecimento.

Essa visão acaba por desconsiderar os aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos, restringindo o saber ambiental à transmissão de informações e conteúdos sobre o meio ambiente.

Além disso, foi possível perceber um consenso quanto à importância da Geografia para a Educação Ambiental, mas a maior parte dos educadores entrevistados acaba por cair na armadilha paradigmática ambiental, a qual desconsidera as contradições existentes, advindas do modelo de produção vigente. Essa visão simplista e fragmentada reduz a realidade, dificultando uma verdadeira transformação acerca dos problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Gilsa H. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.) **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, p. 109-124.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- CARVALHO, Isabel. C. M **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CARVALHO, Marcos. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 15-29.
- GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.
- HISSA, Cássio E. V. Saberes Ambientais: a prevalência da abertura. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.) **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, p. 47-64.
- LAYRARGUES, P.P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 72-101.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEROY, J.P. & PACHECO, T. Dilemas de uma educação em tempo de crise. In: LOUREIRO, Carlos F. B. *et al* (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 30-71.

LOUREIRO, Carlos F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, Arlete M. Problemática Ambiental = agenda política, espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 83, p.91-109, 2005.

TAMAIÓ, Irineu. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental**. São Paulo: Annablume: WWF, 2002.